

MARCELLO
CAETANO

918

TAMBÉM
ASSIM
NOS
NÃO
VENCEM!

«CONVERSA EM FAMÍLIA»
PROFERIDA ATRAVÉS DA
RÁDIO E DA TELEVISÃO
JULHO DE 1973

I. 1044

GAJAP KCHI



MARCELLO CAETANO

TAMBÉM ASSIM NOS NÃO VENCEM!

«CONVERSA EM FAMÍLIA»
PROFERIDA ATRAVÉS DA
RÁDIO E DA TELEVISÃO
EM 26 DE JULHO DE 1973

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO
1973



S.N.I.
7044

QUATRO ANOS

TAMBÉM ASSIM
VÓS NÃO VENCEREM!

COMITÊ DE DEFESA
PROLETÁRIA E TRABALHADORA
DE SÃO PAULO
EM 10 DE JULHO DE 1964

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
1964

Os acontecimentos das últimas semanas impressionaram o País inteiro. Disso me têm chegado provas tão eloquentes como abundantes. De aquém e de além-mar. Tantas mensagens, tantos testemunhos, que se me torna totalmente impossível responder-lhes um por um. Fica aqui o meu agradecimento por todas as boas palavras que me têm sido dirigidas. E por todas as manifestações que foram levadas a cabo para exprimir o patriotismo e a resolução populares. Creio que poucas vezes se terá visto neste País uma reacção tão pronta, entusiasta e espontânea como agora foi.

Todos compreenderam que estávamos perante mais uma vaga de assalto da grande ofensiva desencadeada no mundo contra Portugal.

Porquê?

Apenas porque Portugal quer seguir o seu próprio caminho, de harmonia com a vontade do seu povo, e não se deixa ir a reboque de interesses estranhos. Por capricho? Por orgulho? Por exacerbado nacionalismo? Nada disso. Pela consciência de que outro caminho seria catastrófico. Catastrófico para os que vivem em Angola e em Moçambique, mas catastrófico também para a própria Angola como para Moçambique. Catastrófico para os destinos da África austral. Catastrófico para a Europa. E até, em última análise, para o equilíbrio e a paz do mundo.

Qual é o nosso caminho?

Ele está muito claramente traçado. Sustentamos que não há razão para reservar cada continente para o domínio político exclusivo de uma raça ou de uma cor. Toda a história da humanidade é feita de migrações e colonizações. Há regiões com gente a mais e espaços habitáveis quase desertos. Países onde as técnicas evoluíram e permitiram a civilização e zonas da terra nas quais os habitantes permaneceram fiéis às práticas e costumes das primeiras idades do mundo.

As Américas do Norte e do Sul foram colonizadas e não são governadas pelos índios que primitivamente as habitavam. Nem a Austrália.

Por que motivo então os territórios da África austral não-de ser os únicos onde os brancos que os encontraram quase desertos e os povoaram, desenvolveram, valorizaram, civilizaram, de mãos dadas com os nativos e gente de outros continentes, em especial os asiáticos, por que motivo é que esses territórios não-de ser os únicos onde os brancos não podem fixar-se como em terra sua? Onde aqueles que neles introduziram os modernos equipamentos da vida social estarão impossibilitados de participar no seu governo?

Nós não queremos ocupar esses territórios exterminando os nativos, como fizeram certas Nações. Nem tão-pouco relegando-os para uma vida totalmente separada da dos brancos. Não. A nossa política é, sempre foi, continuará a ser, a de chamar a nós os nativos, educá-los para a vida moderna, tratá-los, assisti-los, integrando-os na mesma sociedade que formamos. Respeitando embora os valores tradicionais das populações indígenas, admitindo a necessidade de uma transição não demasiado brusca, queremos que a

sociedade portuguesa seja uma só. Uma sociedade em que homens de qualquer cor e cultura se sintam bem e convivam fraternalmente. E onde o acesso social e a participação política sejam apenas consequência da capacidade intelectual e do valor moral dos indivíduos e não de quaisquer outros factores.

Quando os nossos inimigos nos acusam de discriminação racial, são ignorantes ou mentirosos. Testemunhos numerosos de pessoas imparciais confirmam o que está nas nossas leis e nos nossos costumes: a igualdade na consideração, no trato e na vida de todos os portugueses, sem distinção de cor da pele.

E os que vêm agora atacar-nos por proceder com crueldade deveriam ouvir — como o insuspeito repórter de um jornal inglês, nada afecto a Portugal — o que estrangeiros residentes em Moçambique comentam: que tratamos com demasiada brandura os terroristas.

Se abandonarmos este caminho de integração de todas as raças numa sociedade só; se renunciarmos a esta missão de, em Angola e em Moçambique, continuarmos a criar comunidades onde todos tenham direito a viver e a participar na administração e no governo — que poderá suceder?

Deixamos os colonos, como elementos por agora mais civilizados e cultos, preponderar, e proclamar a independência, como aconteceu na Rodésia? Nem seria solução favorável às populações nativas, nem fórmula que pusesse termo à hostilidade internacional, como no caso da própria Rodésia se tem visto.

Deixamos os chamados «movimentos de libertação» apossar-se do poder — tendo à frente pessoas que há muitos

anos vivem fora dos territórios e são meros mandaretos de interesses estrangeiros, apenas notabilizados por terem audaciosamente entrado na via da guerrilha e da intriga internacional? Pobres populações nativas entregues à incompetência desses homens e abandonadas às lutas tribais! Mas desgraçados de todos aqueles que até agora têm desbravado e valorizado os territórios e que teriam de suportar ódios, invejas, cobiças, demagogias desenfreadas e racismos furiosos. E não seriam só, então, Angola e Moçambique as vítimas desse delírio de independência africana com o fito de expulsão dos brancos. Porque logo ficaria perfeitamente desenhada a ameaça à África do Sul e à Rodésia. Uma ameaça efectiva e imediata, até pelo bloqueio económico dos portos da costa oriental, vitais para a sua subsistência: Beira e Lourenço Marques.

Quando por esse mundo fora aparecem políticos a perguntarem aos nossos diplomatas, num tom entre impertinente e enfasiado — «Mas por que é que Portugal não descoloniza, como os outros países fizeram?» — esses políticos mostram ser desconhecedores das mais elementares realidades africanas.

É que foi relativamente fácil a certos países coloniais proceder a essa descolonização em territórios onde a sua presença era apenas destinada à exploração ou utilização através de um quadro de funcionários públicos e de algumas empresas capitalistas. Retiraram-se os funcionários, vieram-se embora os raros colonos ou deixaram-se entregues à sua sorte, as empresas procuraram aguentar-se enquanto os novos potentados não procediam à «africanização» da economia — e tudo foi andando... mal, valha a verdade, na maior parte dos casos.

Mas isto não é tão fácil em territórios onde se formaram grandes e prósperas sociedades com elementos do país metropolitano e elementos nativos, sociedades já desenvolvidas economicamente, agrupadas em esplêndidas cidades a ferver de actividades civilizadas, já com passado próprio e com a vontade de construir o seu próprio futuro. Em sociedades assim — e são as de Angola, de Moçambique, da África do Sul, da Rodésia... — não é possível de um dia para o outro levantar as tendas e partir, abandonando tudo a que se criou amor, deixando tudo quanto se ergueu com entusiasmo e confiança — para quê? Para deixar o lugar vago a uns tantos aventureiros, por detrás dos quais se envolvem ambiciosos imperialismos e os interesses de certos jogos internacionais?

Como se pode pensar que famílias há muito estabelecidas abandonem os seus lares e patrimónios? Famílias brancas, mestiças ou pretas, que todas seriam envolvidas no mesmo anátema, quando integradas na mesma pacífica comunidade?

Não compreendem os nossos críticos que na África austral, onde as condições climatéricas favorecem a fixação de elementos de outros continentes, a situação social é completamente distinta da existente na África tropical?

Os novos Estados africanos fizeram da expulsão dos brancos da África austral uma questão de prestígio. São muitos e atrevidos — têm a desinibição própria de quem só agora assoma à vida internacional, sem os preconceitos de uma velha civilização e as regras do polimento das maneiras. E juntaram à sua volta outros Estados — asiáticos, sul-americanos, comunistas — que constituem maioria em todas as assembleias onde se congregam democraticamente as Nações. Vão combinados para as reuniões a fim de votar em

massa. Não vale então a pena apresentar factos e argumentos. Pode-se estar cheio de razão. Pode aquilo que a maioria deseja impor ser redondamente falso ou clamorosamente injusto: eles votam, e o que a maioria decide é o que vale. A tirania da maioria oprime qualquer veleidade de defesa.

Esta é a situação em que nos vemos nas Nações Unidas e em várias organizações que destas dependem.

Ou Portugal abandona as suas províncias ultramarinas — ou a maioria o condena, votando contra ele as resoluções mais surpreendentes, mais escandalosas, mais ilegais.

Até ao ponto de já se ter resolvido, em organismos de que só podem fazer parte Estados, claro que politicamente constituídos e internacionalmente reconhecidos, dar lugar aos movimentos terroristas de Angola, de Moçambique e da Guiné!

Abrem-se assim precedentes terríveis! Porque daqui a pouco, com a mesma lógica, outros movimentos terroristas serão admitidos, e esses organismos, em vez de serem instrumentos de cooperação entre Nações, serão grandes dínamos da subversão contra a paz e a ordem internacional.

Que vento de loucura passa sobre o Mundo!

Este ano fomos prevenidos de que se iria intensificar no estrangeiro a acção contra Portugal.

Entre outras razões porque sendo no nosso país um ano de eleição da Assembleia Nacional era preciso evitar a todo o custo que o eleitorado se pronunciasse mais uma vez a favor da defesa do Ultramar — conferindo assim ao Governo um mandato de que ele não pode afastar-se.

E infelizmente não são só os estrangeiros os que manejam nesse sentido: são certos indivíduos, por desgraça nossa nascidos em Portugal, e que descarregam o seu despeito por aqui ninguém os querer seguir, actuando junto de partidos e de governos de outros países para os levar a hostilizar a sua própria Pátria!

Não creio que esse seja o melhor método para se imporem aos seus concidadãos. Porque estou convencido de que mesmo a maioria dos que em Portugal se opõem ao Governo e discordam da sua política, têm o suficiente sentimento de dignidade nacional para repelir e repudiar essa maneira de agir.

O facto é que se tem intensificado nos últimos tempos, sobretudo entre a juventude e nos meios sindicais, a propaganda da subversão e contra o Ultramar português.

Mas, assim mesmo, a perspectiva de uma livre manifestação dos eleitores a favor do Ultramar preocupa os nossos inimigos.

É então preciso antes de Outubro precipitar as coisas. Fazer pressão sobre os portugueses. Desacreditar as suas Forças Armadas. Desprestigiar o seu Governo.

Essa é a campanha que está em marcha. Nela andam envolvidos elementos de várias tendências. A maior parte de má fé. E alguns de boa fé. Todos porém coligados no propósito de nos fazer vergar quanto antes.

Inventa-se uma história. Lança-se uma calúnia. E logo de todas as bandas o coro chia. A insultar-nos. A acusar-nos. A apontar-nos ao ódio universal. É o «crucifica-o»: o grito de condenação bradado pela turba ignara e apaixonada que o Evangelho conta ter intimidado Pilatos. Porque

há um Pilatos em todos os credos. Que procede cheio de preocupações de não ficar mal colocado perante o público e de não sujar as mãos. Mas que mais tarde, ao contemplar as consequências das suas atitudes, se morde de remorsos, os remorsos que são o inferno em vida.

O Governo português tem plena consciência da natureza e dos objectivos da campanha hipócrita conduzida contra Portugal.

Repetidamente tem dito o que todos, no íntimo sabem: que nunca ordenou, consentiu ou aprovou qualquer acto de violência contra as populações civis dos territórios onde se desenrola a luta de guerrilhas desencadeada pelos terroristas.

Numa luta dessas em que actuam pequenos grupos terroristas empregando meios traiçoeiros, onde abundam o emprego de minas, a prática de emboscadas, os ardis armados nas aldeias, o ataque de inimigos invisíveis, é muito difícil evitar que haja, aqui ou além, alguns excessos na reacção dos que são agredidos, muitas vezes, eles próprios, nativos africanos. Em parte nenhuma do mundo onde se verificaram circunstâncias análogas isso se conseguiu, por maior que fosse a disciplina imposta.

O Governo tem dado constantemente instruções às autoridades civis e aos comandos militares para evitar as violências e reprimir quaisquer actos de crueldade; para captar e segurar as populações mediante a resolução dos seus problemas e fazendo justiça; para, como eu disse pouco depois de tomar posse deste lugar, procurar conquistar almas em vez de matar gente.

Sustentamos uma luta armada, e estamos sujeitos às suas contingências, é certo. Mas não fomos nós que a desen-

cadeámos. Não somos nós quem toma a iniciativa dos ataques.

E os verdadeiros responsáveis por muitas das vidas que desgraçadamente se perdem nessa luta, são certos indivíduos sobretudo estrangeiros, que, às vezes a coberto da sua missão de educar, e de ensinar doutrinas de paz e de amor, incitam os nativos à subversão, quando não são eles próprios a aliciá-los e a ajudá-los para os actos de terrorismo. E depois, quando a reacção surge, aparecem a lançar clamores doloridos. Fazem, como se diz nas nossas aldeias, o mal e a caramunha.

Fique solenemente aqui reafirmado que Portugal repudia energicamente a acusação de admitir ou tolerar que populações nativas sejam exterminadas, como, perante a complacência do mundo e da O. N. U. sucede em certos Estados governados por africanos.

Estamos perante uma campanha tremenda, repito. Uma campanha na qual são ainda de esperar novos golpes — cada um mais desleal do que os outros. As mentiras acabam por ser desmascaradas. Mas do ruído feito universalmente pela acusação fica sempre um resíduo no espírito das pessoas.

Temos de estar atentos. Serenos e firmes. Não nos deixando abalar pelos ataques. Sabendo ripostar oportunamente. Opondo a força da nossa convicção às perfídias do adversário. E sobretudo, afirmando o nosso destemor e a nossa vontade para resistir a esta nova forma de terrorismo.

Porque o que se pretende no campo internacional é intimidar-nos pelo terror. Mas não. Também assim nos não vencem.



... e a sua importância para a cultura portuguesa.

... e a sua importância para a cultura portuguesa.

... e a sua importância para a cultura portuguesa.

... e a sua importância para a cultura portuguesa.

... e a sua importância para a cultura portuguesa.

... e a sua importância para a cultura portuguesa.

Composto e impresso nas
Oficinas Gráficas da C.N.E.
Lisboa — Agosto de 1973

NB



EFG0000513021



S.M